

A sinodalidade para além das estruturas: escutar, aprender e caminhar juntos



Por: Rosario Hermano*
Francisco Javier Burgos**



O processo sinodal impulsionado por Francisco recolocou no centro da vida da Igreja palavras como escuta, participação, discernimento, coresponsabilidade e missão. Sua importância dificilmente pode ser exagerada. No entanto, talvez um dos principais desafios da etapa que agora se abre seja evitar que a sinodalidade acabe sendo identificada exclusivamente com a criação ou revitalização de estruturas participativas. Os conselhos pastorais, as assembleias, as equipes sinodais e os diferentes mecanismos de consulta são indispensáveis, mas não garantem, por si sós, uma Igreja sinodal.

A sinodalidade supõe, antes de tudo, uma conversão das relações eclesiais. Não se trata apenas de incorporar novas pessoas a estruturas já existentes, mas de nos perguntarmos que tipo

de relações construímos dentro da Igreja, como circula a palavra, quem é escutado, quem permanece invisível e como se exerce a autoridade.

Nessa perspectiva, a questão da participação remete a uma afirmação teológica fundamental recuperada pelo Concílio Vaticano II: antes de qualquer diferenciação de ministérios, funções ou responsabilidades, existe uma dignidade batismal partilhada. Todos fazemos parte do Povo de Deus. A coresponsabilidade, portanto, não deveria ser entendida como uma concessão que a hierarquia faz aos leigos, mas como consequência da própria condição batismal.

Isso supõe também rever nossa compreensão do poder e da autoridade. Uma Igreja sinodal não é uma Igreja sem autoridade, mas uma Igreja

* Leiga, uruguaia, Mestre em Ética da Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona, professora da Universidade Católica do Uruguai. Secretária da Amerindia Continental. Temas de atuação e pesquisa: Ética da Educação, Pobreza e desigualdade, Teologia da Libertação.

** Teólogo latino-americano originário da República Dominicana. É membro da rede Ameríndia e da Associação de Estudos de Paz e Justiça dos Estados Unidos, onde reside e vive sua experiência de fé e pastoral em espaços que promovem o diálogo ecumênico e inter-religioso em resposta aos desafios do mundo de hoje. Sua reflexão teológica se nutre de sua experiência pastoral e comunitária dos Estados Unidos, da América Latina e do Caribe.

na qual a autoridade precisa ser compreendida cada vez mais como serviço, escuta e capacidade de suscitar processos comunitários de discernimento. O desafio não consiste simplesmente em distribuir melhor as funções, mas em transformar uma cultura eclesial que, durante muito tempo, identificou excessivamente a responsabilidade pastoral com o ministério ordenado.

Aqui aparece um dos aspectos mais exigentes do processo sinodal: o clericalismo não é apenas um problema do clero. Pode converter-se em uma cultura partilhada por sacerdotes e leigos quando uns esperam decidir tudo e outros delegam toda responsabilidade. Superá-lo requer ministros capazes de partilhar responsabilidades, mas também comunidades dispostas a assumi-las.

Para a América Latina, essa conversão possui um significado particular. Nossa tradição eclesial conta com uma longa experiência de comunidades eclesiais de base, leitura comunitária da Palavra, compromisso social, opção pelos pobres e protagonismo dos leigos. Medellín, Puebla e Aparecida constituem marcos dessa memória. A sinodalidade, portanto, não chega a um continente sem história. Pode ser lida como uma oportunidade para recuperar e atualizar algumas das intuições mais fecundas da Igreja latino-americana.

Mas o contexto mudou profundamente. As sociedades latino-americanas são hoje muito mais plurais do ponto de vista religioso e cultural. As pertencças religiosas são menos estáveis, cresce a distância em relação às instituições e estas — também as religiosas — perderam parte da autoridade que antes lhes era reconhecida. Por isso, uma Igreja sinodal não pode limitar-se a perguntar como alcançar maior participação dentro da Igreja. Precisa perguntar-se também como escutar aqueles que estão fora ou em suas margens.

Aqui poderia encontrar-se uma das dimensões pastorais mais fecundas da sinodalidade: transformar a escuta em uma maneira de se rela-

cionar com o mundo contemporâneo. Escutar aqueles que se afastaram da Igreja, os que nunca pertenceram a ela, os jovens, as mulheres, as vítimas e os que vivem situações de pobreza e exclusão, mas também aqueles que buscam sentido por caminhos diferentes dos institucionalmente estabelecidos.

No entanto, a partir da tradição teológica latino-americana, é possível dar um passo a mais. Escutar não é apenas recolher opiniões ou conhecer necessidades; pode constituir-se em um verdadeiro lugar teológico. As experiências, os sofrimentos, as esperanças e as buscas daqueles que vivem nas periferias não são unicamente realidades sobre as quais a Igreja tem algo a dizer. São também experiências a partir das quais a Igreja pode escutar algo que precisa receber.

Isso modifica profundamente a compreensão da ação pastoral. A opção preferencial pelos pobres não pode ser reduzida a uma relação entre aqueles que possuem algo — recursos, formação, fé, respostas — e aqueles que não o possuem. A experiência pastoral latino-americana mostrou reiteradamente que a relação é muito mais recíproca: quem acompanha também é acompanhado, quem escuta também aprende e quem evangeliza pode descobrir que está sendo evangelizado.

Nesse sentido, uma Igreja verdadeiramente sinodal precisa superar não apenas o clericalismo, mas também certa concepção assistencialista da pastoral. Mesmo com as melhores intenções, é possível transformar o outro em objeto de nossa ação: alguém a quem ajudar, integrar, formar ou “resgatar”. A sinodalidade introduz uma lógica diferente: reconhecer o outro como sujeito de sua história, de sua palavra e também de sua experiência de fé.

Poderíamos condensar essa perspectiva em uma afirmação simples: nada sobre eles sem eles. Nada sobre os pobres sem os pobres; nada sobre os jovens sem os jovens; nada sobre as mulheres sem as mulheres; nada sobre aqueles que se afas-

taram da Igreja sem escutar as razões, experiências e buscas de quem se afastou.

Isso obriga também a reconsiderar o significado das periferias. Não são apenas lugares aos quais a Igreja deve sair para levar o Evangelho. São também lugares a partir dos quais o Evangelho pode ser novamente escutado. A periferia deixa, assim, de ser apenas destinatária da missão para tornar-se também interlocutora e, em algumas ocasiões, mestra da própria comunidade eclesial.

Essa perspectiva encontra uma expressão particularmente forte na cristologia da encarnação. A quênose de Jesus mostra um Deus que não se aproxima da humanidade a partir de uma posição exterior e superior, mas entra em sua fragilidade e partilha sua condição. A pastoral que nasce dessa lógica não pode ser construída a partir da distância entre os que sabem e os que recebem, entre os que ajudam e os que são ajudados. Sua imagem seria, antes, a mesa partilhada, na qual todos têm algo a oferecer e todos têm algo a receber.

Por isso, a escuta sinodal possui uma dimensão espiritual e teológica que ultrapassa qualquer metodologia participativa. Não escutamos apenas porque seja uma forma mais democrática ou eficaz de tomar decisões. Escutamos porque acreditamos que o Espírito pode falar por meio do outro e porque nenhuma instância eclesial pode pretender possuir, por si só, a totalidade daquilo que o Espírito diz hoje às Igrejas.

Nessa perspectiva, a sinodalidade exige uma Igreja capaz de aprender. Durante muito tempo, a ação pastoral pôde ser concebida fundamentalmente a partir do paradigma de uma Igreja que ensina a uma sociedade que recebe sua mensagem. As sociedades contemporâneas obrigam a pensar uma relação diferente: uma Igreja que anuncia, mas que, ao mesmo tempo, escuta; que propõe, mas também dialoga; que possui uma tradição a oferecer, mas reconhece que precisa aprender com a experiência humana daqueles com quem caminha.

Isso tem consequências para a própria compreensão do discernimento. A questão não é apenas ampliar o número de pessoas que participam de uma decisão, mas perguntar quem tem o direito de interpretar a realidade e de participar do discernimento eclesial. Se algumas vozes permanecem sistematicamente ausentes, a dificuldade não é apenas de representação. De uma perspectiva teológica, a comunidade pode estar se privando de escutar algo que o Espírito quer dizer-lhe por meio delas.

Por isso, a sinodalidade será crível se puder ser verificada em práticas concretas. Não bastarão documentos que falem de participação se as decisões continuarem concentradas; não bastará falar de corresponsabilidade se as mulheres continuarem encontrando limites para exercer responsabilidades; não bastará convocar conselhos pastorais se seus integrantes perceberem que suas contribuições não têm consequências; e não bastará falar dos pobres se suas vozes não participarem efetivamente dos processos de discernimento.

Talvez um dos grandes desafios dos próximos anos seja, então, passar do acontecimento sinodal a uma cultura sinodal. E uma cultura precisa de tempo, aprendizagem, conflitos, experimentação e revisão das práticas. Não se decreta.

Mas também não deveríamos medir esse processo apenas por seus resultados institucionais. A tradição evangélica convida a prestar atenção aos processos, àquilo que vai nascendo mesmo quando ainda não alcança sua plena realização. Uma comunidade que começa a escutar de outra maneira, uma mulher cuja palavra adquire reconhecimento, um jovem que descobre que sua experiência importa, uma pessoa pobre que deixa de ser destinatária da pastoral para tornar-se interlocutora são também pequenos sinais de uma transformação eclesial mais profunda.

A pergunta pastoral mais importante talvez não seja, então, simplesmente quais novas estruturas devemos criar, mas algo mais radical: *que tipo de*

Igreja precisamos aprender a ser para caminhar evangelicamente com as mulheres e os homens de nosso tempo?

A resposta não está completamente escrita. Precisamente por isso, a sinodalidade pode ser entendida não como um programa concluído, mas como uma espiritualidade e uma prática

permanente de discernimento. Caminhar juntos significa aceitar que ninguém possui, por si só, todas as respostas e confiar que, na escuta recíproca, na atenção à realidade e especialmente nas vozes que habitualmente ficam às margens, o Espírito continua falando à Igreja.